

Demonstrações Contábeis

EXERCÍCIO 2024



SICOOB CENTRAL ES
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ES
CNPJ: 32.428.294/0001-43

Relatório da Administração

Prezados cooperados e comunidade, sejam bem-vindos!

Neste documento, apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 do Sicoob Central ES, alinhados ao nosso compromisso com a transparência. As demonstrações contábeis completas podem ser acessadas no site comunidadesicoob.com.br/ra.

Ao navegar por este relatório, você terá a oportunidade de explorar em detalhes os resultados financeiros, destacando a solidez da nossa cooperativa e o impacto positivo do cooperativismo em nossa comunidade.

Agradecemos a atenção e interesse. Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2.414 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país, sendo a maior rede física do Brasil. Juntas, as cooperativas somam mais de 8,5 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

1.2. O Sicoob ES

O Sicoob ES, parte de um dos 14 sistemas regionais do país, celebrou 35 anos de atuação e fechou o ano de 2024 com 869.279 mil associados. Atuando no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia e São José dos Campos (SP), a instituição é representada por seis cooperativas singulares: Sicoob Sul-Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Coopermais, Sicoob Sul-Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Conexão.

Ao longo de 2024, o Sicoob ES inaugurou 8 novos pontos de atendimento, totalizando 201 nos quatro estados, sendo 8 na Bahia, em 5 municípios; 139 no Espírito Santo, em 73 municípios; 52 no Rio de Janeiro, em 37 cidades; e 2 em São Paulo, em São José dos Campos.

Os cooperados são compostos predominantemente por pessoas físicas (82%). Sobre o tema, em 2024, o Sicoob ES atraiu mais de 151.322 novos associados, com predominância ao Espírito Santo, com 116.522 novos associados. Nesse contexto, o sistema regional fechou 2024 com 2.436 colaboradores, distribuídos pelas seis cooperativas e na Central.

1.2.1 Destaques

O ano de 2024 foi um ano repleto de conquistas, ações e realizações para o Sicoob ES, a seguir alguns dos principais destaques que ocorreram ao longo do ano.

- Pelo segundo ano consecutivo, o Sicoob ES é reconhecido como o Maior Grupo Empresarial do Espírito Santo, segundo o Anuário IEL 200 Maiores e Melhores Empresas. Sobre o critério de patrimônio líquido das principais organizações capixabas.
- Há 11 anos consecutivos, o Sicoob ES é reconhecido no Prêmio Líder Empresarial. Em 2024, o sistema regional foi novamente premiado nas categorias “cooperativa” e “instituição financeira”.
- Em 2024, o Sicoob ES também participou do lançamento para negociações de contratos futuros do café Conilon na B3. A participação do Sicoob ES visa oferecer mais opções de instrumentos financeiros para todos os participantes do mercado de café robusta e conilon.

- O Sicoob ES disponibilizou mais de R\$ 25 milhões de crédito a juros zero para associados prejudicados pelas chuvas que afetaram 14 cidades no sul do Espírito Santo e quatro no Rio de Janeiro no início de 2024.
- Desde 2010, o Sicoob ES ocupa o primeiro lugar na pesquisa Recall de Marcas realizada pela Rede Gazeta, que homenageia as organizações mais lembradas pelos capixabas. Em 2024, o Sicoob ES voltou a ser reconhecido na categoria “cooperativa”.

1.3. Soluções Crédito Implementadas e Perspectivas Sicoob ES

Durante o exercício de 2024, diversas soluções financeiras foram lançadas para fomentar a inovação, fortalecer a construção civil e impulsionar o agronegócio. A Finep, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), disponibilizou linhas de crédito subsidiadas para financiar projetos inovadores voltados a empresas. O objetivo é viabilizar o desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos e serviços, ampliando a competitividade no mercado.

No setor da construção civil, foi criada a **Linha de Crédito Capital de Giro Habitacional**, destinada a incorporadoras, construtoras e Sociedades de Propósito Específico (SPEs), com o propósito de viabilizar empreendimentos imobiliários habitacionais.

Para empresas que atuam no beneficiamento e na primeira industrialização de produtos rurais, foi lançada a **Linha de Crédito CPRF – PJ**, que conta com isenção de IOF e tem como finalidade antecipar o faturamento de pessoas jurídicas desse segmento.

Além disso, o repasse de recursos do BNDES continuou sendo um destaque para os setores empresarial e rural. Pelo terceiro ano consecutivo, o **Sicoob ES** foi reconhecido como o maior repassador de recursos do BNDES no Espírito Santo, reforçando seu papel no apoio financeiro a diversos segmentos econômicos. Os números detalhados sobre esses repasses estão disponíveis no site do BNDES: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads>.

1.3.1 Perspectivas para 2025

Para o próximo período, novas soluções financeiras estão previstas:

- **Antecipação a Fornecedores (AF)** – também chamada de risco sacado, essa linha de crédito, isenta de IOF e voltada para empresas, permitirá a antecipação de recebíveis futuros de forma ágil e sem burocracia, garantindo maior liquidez aos fornecedores.
- **NCE e CCE (Nota de Crédito à Exportação e Cédula de Crédito à Exportação)** – instrumentos financeiros, também isentos de IOF, voltados ao financiamento da aquisição de bens, insumos e serviços, utilizando como garantia futuras exportações. Esses títulos representam compromissos de pagamento em real, lastreados em produtos exportáveis.
- **Plataforma ASTEC Digital** – prevista para 2025, essa ferramenta facilitará a captação e contratação de crédito rural, ampliando o alcance dos parceiros captadores e agilizando o acesso aos recursos financeiros para o setor.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da instituição em oferecer soluções inovadoras e eficientes, impulsionando o desenvolvimento econômico e social.

1.4. Novos Produtos e Soluções

Em 2024, o portfólio de investimentos foi ampliado com o lançamento da **Letra Financeira Sênior**, voltada à captação de recursos dos associados em aplicações de médio e longo prazo. O produto segue a legislação vigente, com carência mínima de resgate de 24 meses, e oferece uma remuneração superior à dos demais produtos da cooperativa. Ao final do ano, a

carteira atingiu aproximadamente **R\$ 60 milhões**, valor que pode ser avaliado quanto à sua relevância para inclusão no relatório.

Outra inovação foi a disponibilização do **Apple Pay** para os associados que utilizam o **SICOOBCard**. Muito aguardada pelos cooperados, essa tecnologia permite realizar transações de crédito e débito diretamente nas maquininhas, sem a necessidade do cartão físico. A novidade proporciona mais comodidade e agilidade aos pagamentos, reforçando o compromisso da cooperativa com a modernização e a experiência do associado.

1.5. Tecnologia

Alinhado às tendências do mercado financeiro, o Centro Corporativo Sicoob realizou significativos investimentos em Tecnologia da Informação durante o ano de 2024, visando aprimorar sua competitividade e proporcionar maior conveniência aos cooperados do Sistema Sicoob. O aumento significativo das transações financeiras por meio dos canais digitais destacou-se como a principal forma de atendimento no Sicoob ES, promovendo uma experiência mais ágil e conveniente para os cooperados, ao mesmo tempo em que resultou em redução de custos operacionais para as cooperativas.

O ano de 2024 registrou avanços significativos na digitalização. Em 2023, 24,63% das associações foram realizadas digitalmente. Com a implementação de melhorias e a campanha "**Indique e Ganhe**", esse percentual subiu para **41,03%** em dezembro de 2024, incluindo associações feitas presencialmente.

No atendimento digital, mais de **89 mil atendimentos** foram realizados ao longo do ano. A equipe recebeu uma avaliação média de **4,74 de 5**, com um tempo médio de resposta de **10 minutos após o transbordo** e um horário estendido de atendimento, das **7h30 às 21h30**, garantindo mais conveniência aos associados.

A isenção de taxas do **Pix para pessoas jurídicas** e a evolução das APIs impulsionaram o uso dessa forma de pagamento. Em 2023, os associados receberam mais de **R\$ 49 bilhões** via Pix de outras instituições financeiras. Em 2024, esse valor superou **R\$ 74 bilhões**, um crescimento de **52%**.

O uso de **APIs** também apresentou um avanço expressivo. Em 2023, **1.030 associados** integraram seus sistemas via API para emissão de Pix, boletos, pagamentos, extratos e investimentos. Em 2024, houve um aumento de **46,9%** no número de novos associados utilizando essa tecnologia, ampliando a automação e a eficiência dos processos financeiros.

2. Sustentabilidade

O Sicoob ES reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, integrando práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios. Participando do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável, as organizações do Sistema Sicoob estão mobilizadas para estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica.

Para comunicar esses compromissos, o Sicoob conta com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao plano estratégico e às diretrizes do Banco Central do Brasil, voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Mais informações estão disponíveis em www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

Além disso, importante destacar o impacto social na comunidade do financiamento estudantil **Faça Acontecer**. Para muitos alunos, representa o primeiro contato com uma instituição financeira, criando oportunidades de fidelização e viabilizando a realização do sonho da formação acadêmica. Desde 2018, o programa já beneficiou mais de 3.000 estudantes, com mais de R\$ 500 milhões em crédito liberado, e conta com mais de 100 instituições de ensino conveniadas em 18 estados da federação.

O Fundo de Investimento Social (FIS) do Sicoob ES apoia diversos projetos sociais, reafirmando seu compromisso com a agenda de Investimento Social Estratégico. Em 2024, na 6ª Edição do Edital Social, as Cooperativas do Sicoob ES aprovaram 199 projetos em 192 instituições de 82 municípios, beneficiando 117.730 pessoas, com um investimento total de R\$ 4,3 milhões. Desde a primeira edição, mais de 600 projetos foram apoiados em mais de 100 municípios, totalizando um investimento de R\$ 14 milhões. Para 2025, a 7ª edição do Edital, exclusiva para instituições sem fins lucrativos, terá inscrições abertas de 1º de março a 30 de abril, através do site www.comunidadesicoob.com.br.

3. Classificação Fitch Ratings

Em agosto de 2024, a agência de classificação de risco manteve o rating Nacional de Longo Prazo do Sicoob Central ES em AA(bra). Simultaneamente, a agência reafirmou em F1+(bra) o rating nacional de curto prazo.

Essa avaliação reflete a sustentabilidade dos indicadores financeiros da nossa cooperativa, apresentando índices de rentabilidade e capitalização robustos, superando a média das cooperativas financeiras no Brasil.

Mesmo diante do expressivo crescimento dos ativos e dos consideráveis investimentos realizados, a cooperativa manteve sua solidez. Contribuindo para essa melhoria, destaca-se o êxito do plano de expansão geográfica, proporcionando potencial para receitas e captação de cooperados em setores diversificados. Mais informações podem ser encontradas em fitchratings.com/site/brasil.

4. Política de Crédito

A atuação do Sicoob se destaca, principalmente, pela concessão de empréstimos e captação de depósitos. Essa concessão é realizada mediante análise prévia, observando limites de alçadas predefinidos que são rigorosamente respeitados. A instituição efetua consultas cadastrais e utiliza a avaliação por pontos, conhecida como "RATING", visando garantir a máxima liquidez das operações.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função de Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL ES e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Demonstrações dos Resultados Consolidados

6.1. Resultado

Em Milhares R\$

Demonstração do Resultado do Período	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Variação %
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	81.275	68.132	19,29
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(77)	492	(115,65)
Receitas com Ato Não Cooperativo	2.930	1.575	86,03
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	93.375	74.149	25,93
Despesas Tributárias	314	222	41,44
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	40.245	26.793	50,21
Juros ao Capital	5.273	4.355	21,08
Resultado	50.919	37.753	34,87

Contribuíram para compor Resultado do exercício de 2024:

No exercício de 2024 o Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa aumentou 19,29% comparado com mesmo período de 2023.

Em 2024 ocorreu um aumento de 50,21% comparado ao exercício de 2023 na receita de Outros Ingressos e Receitas Operacionais e Outras Receitas e Despesas.

A remuneração do Juros ao Capital em 2024 foi de R\$ 5.273 mil, 21,08% superior ao mesmo período do ano anterior.

O Resultado da Cooperativa teve um aumento de 34,87% em relação a 2023, atingindo um total de R\$ 50.919 mil em 2024.

6.2. Dados Patrimoniais

Diante dos resultados conquistados em 2024, o Sicoob Central ES encerrou o exercício com as seguintes posições em seu balanço patrimonial:

Em Milhares R\$

Balanco Patrimonial	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Variação %
Ativos Totais	12.631.952	8.953.732	41,08
Aplicações Financeiras de Liquidez	7.832.764	4.542.995	72,41
Títulos e Valores Mobiliários	4.120.695	3.748.056	9,94
Centralização Financeira – Cooperativas Filiadas	10.996.722	7.695.537	42,90
Patrimônio Líquido	629.470	480.385	31,03
Patrimônio de Referência (PR)	477.831	377.274	26,55

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2024:

O total de ativos atingiu a marcar de R\$ 12.631.952mil ao final do exercício de 2024, com crescimento de 41,08% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para as Cooperativas filiadas e seus associados.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de Títulos e Valores Mobiliários, atingiu R\$ 4.120.695 mil, com crescimento de 9,94% em relação a 31 de dezembro de 2023.

A centralização Financeira das Cooperativas filiadas superou a marca de R\$ 10,5 bilhões de ativos, o exercício de 2024 com o valor de R\$ 10.996.722 mil, com crescimento de 42,90% se comprado com 2023.

O patrimônio líquido aumento 31,03% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 629.470 mil ao final do exercício.

6.3. Carteira de crédito por produto

Na tabela a seguir estão detalhados os valores da carteira de crédito por produto e perfil.

Recursos repassado as Cooperativas Filiadas	Em Milhares R\$			
	31/12/2024	31/12/2023	Variação	
			Valor Total	% Total
Repasse interfinanceiros – Crédito Rural	355.931	341.097	14.834	4,35
Empréstimos – Rotativo	115.800	146.000	(30.200)	(20,68)
Total	471.731	487.097	(15.366)	(3,15)

6.4. Cooperativas Singulares do Sicoob Central ES

As cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES são: Sicoob Sul-Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Coopermais, Sicoob Sul-Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Conexão, sendo que que esta última nasceu em 2023 fruto da fusão de duas singulares, o Sicoob Norte e o Sicoob Leste Capixaba.

A partir desta movimentação, o Sicoob Conexão ocupa a 4ª posição no ranking nacional de cooperativas de crédito em patrimônio líquido e uma das maiores cooperativas financeiras do Brasil.

Cooperativas Singulares	31/12/2024			31/12/2023			Variação %		
	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas
Sicoob Sul-Litorâneo	1.691.790	257.899	52.356	1.255.247	212.831	50.257	34,78%	21,18%	4,18%
Sicoob Sul	4.300.311	837.793	201.221	3.468.491	669.798	153.311	23,98%	25,08%	31,25%
Sicoob Conexão	10.429.973	1.932.864	434.177	7.744.739	1.561.595	401.021	34,67%	23,77%	8,27%
Sicoob Coopermais	3.473.629	507.261	100.503	2.795.798	427.657	101.068	24,24%	18,61%	-0,56%
Sicoob Sul-Serrano	6.392.843	1.015.623	208.627	4.335.814	812.187	194.047	47,44%	25,05%	7,51%
Sicoob Credirochas	2.672.349	320.395	66.351	2.087.370	261.349	59.146	28,02%	22,59%	12,18%
Total	28.960.895	4.871.835	1.063.235	21.687.459	3.945.417	958.850	33,54%	23,48%	10,89%

Os destaques para o crescimento das Cooperativas Singulares no exercício de 2024 são um aumento de 33,54% do total dos ativos das Cooperativas Singulares alcançando no final do exercício o montante de R\$ 28.960.895 mil. Superando a marca de 28,9 bilhões de ativos, demonstrando o crescimento do Sicoob ES com seus associados.

O Patrimônio Líquido teve um crescimento de 23,48% comparado a 2024, atingindo o montante de R\$ 4.871.835 mil.

As Sobras do exercício de 2024 do Sistema Sicoob ES atingiu um total de R\$ 1.063.235 mil, um aumento de 1089% comparado ao mesmo período de 2024.

7. Pessoas

O Sicoob ES, guiado por uma cultura cooperativista fundamentada em princípios como respeito, valorização das pessoas, eficiência e liderança, mantém uma abordagem centrada nos colaboradores para promover a excelência nas atividades, atendimento aos associados e difusão do modelo de negócio. O Sicoob Central ES fechou 2024 com 161 colaboradores, que contribuíram para que o sistema regional se destacasse como uma das Melhores Empresas para Trabalhar, na categoria grande porte, no ranking promovido Great Place to Work (GPTW).

8. Código de Ética

O Sicoob reforça seu compromisso com a ética e a integridade por meio do seu Código de Ética, adotado por todos os membros das equipes e, ao ingressarem na cooperativa, os novos colaboradores formalizam seu compromisso com esses princípios. O Programa de Integridade, que inclui políticas e controles internos, assegura a conformidade com leis, regulamentações e valores éticos. O Código de Ética abrange questões fundamentais, como prevenção de fraudes, adaptando-se a práticas contemporâneas, como o home office. Este documento reflete o empenho do Sicoob em manter um ambiente harmonioso, transparente e ético em todas as interações e atividades da instituição.

9. Agradecimento

Expressamos nossa profunda gratidão a todos os cooperados, colaboradores, parceiros e comunidades que desempenharam papéis cruciais para o impacto positivo alcançado pelo Sicoob Central ES em 2024. O comprometimento de cada indivíduo fortaleceu nossos laços, impulsionou o desenvolvimento sustentável e concretizou nossa missão de ir além do aspecto financeiro, impactando positivamente a vida das pessoas e promovendo a justiça financeira.

Em 2024, entendemos que caminhamos rumo aos fundamentos que guiam nossa atuação, refletidos nos quatro pilares estratégicos que consideramos essenciais para nosso dia a dia: Pessoas Felizes, Satisfação dos Associados, Impacto Positivo na Sociedade e Resultados Consistentes.

Na era da conexão e da revolução da informação, reconhecemos que o ativo mais valioso para transformações são as pessoas. A Comunidade Sicoob, destinada a cooperados, delegados e colaboradores, representa um espaço de cooperação seguro, impulsionando a educação financeira, networking e criação de oportunidades. Alinhada à cultura cooperativa, a Comunidade Sicoob reflete a força da união na construção de oportunidades de crescimento. Agradecemos a todos que contribuíram para fazer de 2024 um ano marcante e promissor para o Sicoob ES e convidamos a permanecer conosco no www.comunidadesicoob.com.br

Vitória/ES, 20 de janeiro de 2025.
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanço Patrimonial

(em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		12.631.952	8.953.732
DISPONIBILIDADES	4.	8	6
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		12.426.671	8.779.576
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	7.832.764	4.542.995
Títulos e Valores Mobiliários	6.	4.120.695	3.748.056
Relações Interfinanceiras		355.931	341.097
Repasses Interfinanceiros	7.	355.931	341.097
Operações de Crédito	8.	115.800	146.000
Outros Ativos Financeiros	9.	1.481	1.428
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(2.358)	(2.435)
(-) Operações de Crédito	8.	(579)	(730)
(-) Outras	7.	(1.779)	(1.705)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	10.	260	193
OUTROS ATIVOS	11.	6.364	5.950
INVESTIMENTOS	12.	182.970	153.730
IMOBILIZADO DE USO	13.	27.750	25.204
INTANGÍVEL	13.	1.362	1.362
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	13.	(11.075)	(9.854)
TOTAL DO ATIVO		12.631.952	8.953.732
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.631.952	8.953.732
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		11.409.607	8.051.153
Relações Interfinanceiras		10.996.722	7.695.537
Centralização Financeira – Cooperativas	14.	10.996.722	7.695.537
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15.	412.812	355.603
Outros Passivos Financeiros	16.	73	13
PROVISÕES	17.	1.420	1.330
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18.	908	761
OUTROS PASSIVOS	19.	590.547	420.103
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		629.470	480.385
CAPITAL SOCIAL	20.a	544.311	411.607
RESERVAS DE SOBRAS	20.b	45.881	41.582
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	20.c	1.042	(96)
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.e	38.236	27.292
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.631.952	8.953.732

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nailson Dalla Bernadina
Diretor Executivo

Alecsandro Casassi
Diretor de Operações e Negócios

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES

Demonstração de Sobras ou Perdas

(em milhares de Reais)

	Notas	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		621.284	1.115.116	935.144
Operações de Crédito	22.	18.148	36.184	37.004
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	383.654	651.861	472.576
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.1	219.482	427.071	425.564
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(575.566)	(1.033.764)	(867.504)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.a	(13.620)	(24.631)	(24.871)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	14.a	(561.558)	(1.009.210)	(842.141)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23.	(388)	77	(492)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		45.718	81.352	67.640
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(18.543)	(27.461)	(26.957)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24.	642	2.930	1.575
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25.	(15.026)	(27.990)	(21.292)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26.	(12.398)	(25.534)	(18.925)
Dispêndios e Despesas Tributárias	27.	(127)	(314)	(222)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	28.	11.693	23.027	18.971
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29.	20.483	40.271	26.868
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30.	(23.810)	(39.851)	(33.932)
PROVISÕES		435	54	(11)
Provisões/Reversões para Contingências	31.	435	54	(11)
RESULTADO OPERACIONAL		27.610	53.945	40.672
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32.	(37)	(26)	(75)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		27.573	53.919	40.597
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	19.1	(1.943)	(3.000)	(2.844)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		25.630	50.919	37.753

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nailson Dalla Bernadina
Diretor Executivo

Alecsandro Casassi
Diretor de Operações e Negócios

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES

Demonstração do Resultado Abrangente

(em milhares de Reais)

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	25.630	50.919	37.753
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	603	1.138	232
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial – investimentos em coligadas e controladas	603	1.138	232
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	26.233	52.057	37.985

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nailson Dalla Bernadina
Diretor Executivo**Alecsandro Casassi**
Diretor de Operações e Negócios**Wanderson Vieira da Silveira**
Contador CRC nº 016925/O-0-ES

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2022	309.963	38.371	(328)	17.428	365.434
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	17.428	-	-	(17.428)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	79.861	-	-	-	79.861
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	37.753	37.753
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	232	-	232
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.355)	(4.355)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	4.355	-	-	-	4.355
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	3.211	-	(3.211)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(1.606)	(1.606)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(1.289)	(1.289)
Saldos em 31/12/2023	411.607	41.582	(96)	27.292	480.385
Saldos em 31/12/2023	411.607	41.582	(96)	27.292	480.385
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	27.292	-	-	(27.292)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	100.139	-	-	-	100.139
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	1.699	1.699
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	50.919	50.919
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	1.138	-	1.138
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.273)	(5.273)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	5.273	-	-	-	5.273
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	4.299	-	(4.299)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(2.149)	(2.149)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(2.661)	(2.661)
Saldos em 31/12/2024	544.311	45.881	1.042	38.236	629.470
Saldos em 30/06/2024	539.038	41.582	439	25.289	606.348
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	1.699	1.699
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	25.630	25.630
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	603	-	603
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.273)	(5.273)

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	5.273	-	-	-	5.273
Destinações das Sobras do Período:					-
Fundo de Reserva	-	4.299	-	(4.299)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	(2.149)	(2.149)
FATES – Atos Não Cooperativos	-	-	-	(2.661)	(2.661)
Saldos em 31/12/2024	544.311	45.881	1.042	38.236	629.470

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nailson Dalla Bernadina
Diretor Executivo

Alecsandro Casassi
Diretor de Operações e Negócios

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em milhares de Reais)

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	27.573	53.919	40.597
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo	-	(11)	(3)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(11.693)	(23.027)	(18.971)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	388	(77)	492
Provisões/Reversões Não Operacionais	21	21	-
Provisões/Reversões para Contingências	(435)	(54)	11
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	-	1	27
Depreciações e Amortizações	628	1.257	1.284
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	16.482	32.029	23.437
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.554.461)	(3.206.894)	(1.941.431)
Títulos e Valores Mobiliários	(299.430)	(402.452)	(227.027)
Relações Interfinanceiras	(113.702)	(14.834)	(62.421)
Operações de Crédito	36.200	30.200	(4.335)
Outros Ativos Financeiros	(100)	(52)	(133)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	45	(67)	(93)
Outros Ativos	10.001	(435)	(2.335)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Relações Interfinanceiras	1.356.561	3.301.184	2.361.511
Obrigações por Empréstimos e Repasses	170.695	57.209	51.315
Outros Passivos Financeiros	(485)	61	(27)
Provisões	68	144	121
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	131	147	(8)
Outros Passivos	108.767	163.869	93.631
FATES – Atos Cooperativos	(2.149)	(2.149)	(1.606)
FATES – Atos Não Cooperativos	(2.661)	(2.661)	(1.289)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(274.038)	(44.701)	289.310
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo	-	11	3
Aquisição de Intangível	-	-	(124)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.118)	(2.583)	(417)
Aquisição de Investimentos	(11.194)	(11.037)	(14.669)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.312)	(13.609)	(15.207)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	-	100.139	79.861
Juros sobre o Capital Próprio, líquido	5.273	5.273	4.355
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.273	105.412	84.216
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(282.077)	47.102	358.319
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.901.032	1.571.853	1.213.534
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	1.618.955	1.618.955	1.571.853
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(282.077)	47.102	358.319

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nailson Dalla Bernadina
Diretor Executivo

Alecsandro Casassi
Diretor de Operações e Negócios

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES

Notas Explicativas

(em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A **Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES**, doravante denominado **SICOOB CENTRAL ES**, é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. Neste sentido, o **SICOOB CENTRAL ES** coordena as ações do Sicoob Sistema Sicoob ES difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O **SICOOB CENTRAL ES** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, em conjunto a outras Cooperativas Centrais e Singulares.

O SICOOB CENTRAL ES, sediado à **RUA CONSTANTE SODRÉ, Nº 305, SANTA LÚCIA, VITÓRIA – ES**, tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 29 de agosto de 2024 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1+(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é AA (bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024, Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **20/01/2025**.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024: Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 481 de 28 de junho de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Resolução CMN n.º 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024 e a Resolução BCB 352/2023 que, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 aos instrumentos financeiros quanto os seguintes aspectos: i) a classificação dos instrumentos financeiros em modelos de negócios e análise das características contratuais de fluxos de caixa; ii) taxa efetiva de juros das operações; iii) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; iii) ativo problemático e stop accrual; iv) divulgações e evidenciações em notas explicativas no que se referem aos aspectos de metodologias assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027. O objetivo também é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

Diante da complexidade das Resoluções, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Projeto de implementação das novas normas foi feito no Sicoob de forma centralizada e conduzida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Este Projeto foi dividido em etapas de modo a realizar uma transição mais eficiente. Dessa forma, o ponto de partida da Instituição foi analisar e identificar os pontos de assimetria com as normas e políticas vigentes até 31 de dezembro de 2024, considerando os impactos decorrentes das modificações necessárias em âmbitos tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo e determinação de prazos para adequação dos planos de ação elaborados em 2022. A seguir, destacamos as etapas do Projeto no Sicoob:

- **Etapa 1 – Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para o entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, o mapeamento dos principais sistemas impactados, a elaboração de matriz com o detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

- **Etapa 2 – Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, a definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;

- **Etapa 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (por exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “De x Para” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

- **Etapa 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e a implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

• **Etapa 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial além de atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

• **Etapa 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021 e análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 6, a instituição realizou no decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado por meio das simulações de perdas esperadas.

c) Efeitos da aplicação das Resoluções CMN n.º 4.966/2021 e BCB n.º 352/2023 no Sicoob:

Destacamos a seguir, os principais aspectos da norma com impacto em divulgações e sobre o ajuste no patrimônio líquido:

– **Classificação em modelos de negócios:** Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas. Neste sentido, o Sicoob classificou os ativos objeto de gestão financeira nos seguintes modelos e respectivas mensurações contábeis:

• **Modelo de Negócio 1:** Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Mensuração contábil e reconhecimento: Custo amortizado com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

• **Modelo de Negócio 2:** Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) com os efeitos dos juros da operação reconhecidos no resultado do período e os ajustes decorrentes da marcação a mercado (MtM) no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários);

• **Modelo de Negócio 3:** Outros modelos de negócios

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio do resultado (VJR) com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas pela administração considerando as definições nos modelos de negócios e Teste de SPPJ para os instrumentos classificados nos modelos de negócios 2 e 3, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023, como resultado, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da exigência normativa.

– **Taxa de juros efetiva da operação (TJEO):** o Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotará de forma prospectiva a TJEO e passa a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas serão incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

– **Suspensão dos juros (stop accrual):** de acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático) ou quando ocorrer atraso superior a 90 (noventa dias), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º

2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

- **Alocação em estágios:** dadas as exigências normativas todos os ativos financeiros do Sicoob deverão ser alocados em estágio conforme descrito a seguir:

• **Estágio 1:** ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentam problemas de recuperação de crédito, ou seja, não foram caracterizados como ativos problemáticos nem houve aumento significativo do risco de crédito;

• **Estágio 2:** ativos financeiros que aumentaram significativamente o risco de crédito em relação ao apurado na alocação de origem da operação no Estágio 1 ou ativos financeiros que deixaram de ser caracterizados como ativo com recuperação de crédito;

• **Estágio 3:** ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito.

- **Perdas esperadas (PE):** A partir das simulações efetuadas no Sicoob, observamos um incremento no valor da perda esperadas (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição da metodologia de estimação de perda esperada. Portanto, os valores de perdas esperadas para os ativos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de modelagem de riscos do Sicoob.

Acerca dos efeitos supracitados, segundo melhores estimativas, a administração avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada exigido pela Resolução CMN n.º 4.966/2021, um valor **aproximado de R\$ (14.334) Mil, correspondente a (2,3) %** sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão contabilizados em 1º de janeiro de 2025 em conta destacada no patrimônio líquido.

- **Baixa para prejuízo de ativos financeiros (desreconhecimento/Write-Off):** O ativo financeiro deverá ser baixado para prejuízo quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor. Isto é, quando a recuperação seja remota. Os critérios estabelecidos para a baixa dos ativos financeiros devem ser consistentes e passíveis de verificação.

- **Hierarquia de valor justo:** os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

• **Nível 1:** instrumentos financeiros cujos preços cotados (não ajustados) são feitos em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data da mensuração;

• **Nível 2:** instrumentos financeiros cujos preços incluem informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Neste caso, os ativos são precificados internamente pois não há mercado que os precifique.

• **Nível 3:** instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo e tampouco informações observáveis para tal.

- **Efeitos tributários Cooperativas:** em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

d) Outros aspectos de regulação:

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433: atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos normativos citados foram avaliados pelo Sicoob e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025 quando passam a vigorar.

Em complemento, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão aplicar a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, e respectivas alterações posteriores da Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista na Resolução, a instituição adotará a norma prospectivamente para os contratos a serem celebrados a partir 1º de janeiro de 2025, data em que passa a vigorar conforme determinação da autoridade monetária.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis**a) Apuração do Resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas filiadas, depositadas junto à Central conforme determinado no artigo 3, da Resolução CMN nº 4.677/2018.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições conforme previsão Resolução CMN nº 4.817/2020.

O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.

l) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

n) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

o) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

p) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die*".

q) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

r) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

s) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, imposto de

Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme previsto no caput do art. 193 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2024 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CENTRAL ES opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Corresponde à saldo em caixa e depósitos bancários e Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários	8	6
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob	3	3
Banco Bradesco	5	3
Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias	1.618.947	1.571.847
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	92.163	9.289
Títulos e Valores Mobiliários	1.526.784	1.562.558
Total	1.618.955	1.571.853

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Banco Sicoob, bem como àqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		6.369.229	3.736.315
Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias		92.163	9.289
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	92.163	9.289

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	102% CDI	6.369.229	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias		6.277.066	3.727.026
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	6.277.066	3.727.026
Não circulante		1.463.535	806.680
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.463.535	806.680
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	1.463.535	806.680
Total Geral		7.832.764	4.542.995

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Banco Sicoob como contrapartida aos créditos concedidos.

Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 mês	18.077	853
De 1 a 3 meses	74.086	8.436
De 3 a 6 meses	1.954.389	150.848
De 6 a 12 meses	4.322.677	3.576.178
Total circulante	6.369.229	3.736.315
De 1 a 2 anos	398.543	283.215
De 2 a 3 anos	534.037	13.001
Acima 3 anos	530.955	510.464
Total não circulante	1.463.535	806.680
Total Geral	7.832.764	4.542.995

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

5.1 Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
CDI – Não ligadas	4.029	4.235	-
CDI – Ligadas	379.625	647.626	472.576
Total	383.654	651.861	472.576

6. Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:

Títulos e Valores mobiliários	Índice	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		1.843.003	2.226.135
Títulos e Valores mobiliários até 90 dias		1.526.784	1.562.558
<i>Títulos para negociação – carteira própria</i>		1.479.372	1.092.717
Fundo de centralização	Pós Fixado	568.374	308.340
Fundo Institucional	Pós Fixado	910.998	784.377
<i>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		47.412	469.841
LF – Outros Bancos(a)		47.412	316.705
LFTM – Administrado		-	153.136
Títulos e Valores mobiliários de 90 a 360 dias		316.219	663.577
<i>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		316.219	663.577
LF – Outros Bancos(a)	CDI	316.219	663.577
Não circulante		2.277.692	1.521.921
<i>Títulos para negociação – carteira própria</i>		17.819	61.163
Cotas de Fundo Imobiliário		17.819	61.163
<i>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		2.240.314	1.447.160
LFTM – Administrado	SELIC	702.747	-
LFT – Administrado	SELIC	622.908	1.040.717
LFT – Administrado	CDI	35.329	-
Debêntures	CDI	30.724	30.752
LF – Outros Bancos (a)	CDI	848.606	375.691
Participação em Cooperativas		19.559	13.598
Sicoob Confederação		19.191	13.240
Participação em Empr. Controlada Coop Central de Crédito		366	358
Outras Participações		1	-
Total Geral		2.240.314	1.447.160

(a) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

Classificação de títulos e valores mobiliários por vencimento:

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
	Carteira própria	Carteira própria
Sem vencimento	1.479.372	1.092.717
Até 1 mês	-	-
De 1 a 3 meses	47.412	469.841
De 3 a 6 meses	109.856	284.714
De 6 a 12 meses	206.363	378.863
Total circulante	1.843.003	2.226.135
Sem vencimento	37.378	74.761
De 1 a 2 anos	654.110	324.603

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
	Carteira própria	Carteira própria
De 2 a 3 anos	157.067	81.840
Acima de 3 anos	1.429.137	1.040.717
Total não circulante	2.277.692	1.521.921
Total Geral	4.120.695	3.748.056

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

6.1 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	2.080	3.990	4.491
Letras financeiras do tesouro	32.929	88.428	122.647
LF – Pós Fixada	69.333	143.312	139.588
LFT Centralização Recurso Municípios	36.137	44.698	17.784
Letra Financeira Subordinada Complementar	2.234	3.007	-
Fundos de aplicação financeira	76.137	142.775	136.087
Rendas Aplic. Fundos Investimentos – Imobiliário	1.060	2.088	2.522
Outros – Rendas Aplicações Fundo Investimento	22.509	38.327	44.165
LFT – Lucro na Alienação – Intermediados	9	9	-
(-) Prejuízos Com Títulos de Renda Fixa	(22.946)	(39.563)	(41.720)
TOTAL	219.482	427.071	425.564

7. Repasses Interfinanceiros

Trata-se de recurso do Funcafé contratado com o Ministério da Agricultura, conforme previsto na Lei Complementar nº 130/09, repassado as Cooperativas Filiadas, nas mesmas condições contratuais, objetivando financiar as atividades de seus associados. As garantias oferecidas são Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas.

a) Composição da carteira de Repasses de Recursos do Crédito Rural:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Devedores Por Repasses de Recursos do Crédito Rural	339.045	16.886	355.931	323.422	17.675	341.097
Total de Operações de Crédito	339.045	16.886	355.931	323.422	17.675	341.097
(-) Provisões para Operações de Recursos do Crédito Rural	(1.695)	(84)	(1.779)	(1.617)	(88)	(1.705)
TOTAL	337.350	16.802	354.152	321.805	17.587	339.392

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Devedores Por Repasses de Recursos do Crédito Rural	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
A	0,5 %	Normal	355.931	355.931	(1.779)	341.097	(1.705)
Total Normal			355.931	355.931	(1.779)	341.097	(1.705)
Total Geral			355.931	355.931	(1.779)	341.097	(1.705)
Provisões			(1.779)	(1.779)		(1.705)	
Total Líquido			354.152	354.152		339.392	

8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	115.800	-	115.800	146.000	-	146.000
Total de Operações de Crédito	115.800	-	115.800	146.000	-	146.000
(-) Provisões para Operações de Crédito	(579)	-	(579)	(730)	-	(730)
TOTAL	115.221	-	115.221	145.270	-	145.270

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
A	0,5%	Normal	115.800	115.800	(579)	146.000	(730)
Total Normal			115.800	115.800	(579)	146.000	(730)
Total Geral			115.800	115.800	(579)	146.000	(730)
Provisões			(579)	(579)		(730)	
Total Líquido			115.221	115.221		145.270	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	115.800	-	115.800
TOTAL	-	115.800	-	115.800

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber	87	-	87	55	-	55
Rendas a Receber Seguro	13	-	13	3	-	3
Outras Rendas a Receber	74	-	74	52	-	52
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	-	1.394	1.394	-	1.373	1.373
Pis – Deposito Judicial	-	188	188	-	182	182
Pis Folha – Deposito Judicial	-	191	191	-	80	80
Cofins – Deposito Judicial	-	930	930	-	901	901
Outros Fiscais	-	-	-	-	85	85
Trabalhista	-	-	-	-	1	1
Outros	-	85	85	-	124	124
TOTAL	87	1.394	1.481	55	1.373	1.428

a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 18.

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024e 2023, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo Negativo de IRPJ – Exercícios Anteriores	140	-	140	130	-	130
Saldo Negativo de CSLL – Exercícios Anteriores	58	-	58	55	-	55
Contribuição Social – a compensar	12	-	12	-	-	-
Valores a Restituir – PERDCOMP	49	1	50	5	3	8
TOTAL	259	1	260	190	3	193

11. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	69	-	69	81	-	81
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	353	-	353	462	-	462
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	25	-	25	-	-	-
Pagamentos a Ressarcir	690	-	690	205	-	205
Devedores Diversos – País	2.925	-	2.925	2.931	-	2.931
Plano de Saúde a Receber	9	-	9	11	-	11
Cooperativas Filiadas (a)	2.910	-	2.910	2.918	-	2.918

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Estoque de Pontos Adquiridos	-	-	-	2	-	2
Estoque de Pontos Recebidos	6	-	6	-	-	-
Material em Estoque	328	-	328	430	-	430
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Próprios (b)	-	2.053	2.053	-	2.053	2.053
Instalações, Moveis e Equipamentos (I)	-	996	996	-	996	996
Imóveis (II)	-	1.057	1.057	-	1.057	1.057
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda – Prop.	-	(1.078)	(1.078)	-	(1.057)	(1.057)
(-) Imóveis	-	(1.057)	(1.057)	-	(1.057)	(1.057)
(-) Instalações, Moveis e Equipamentos	-	(21)	(21)	-	-	-
Despesas Antecipadas	791	208	999	845	-	845
TOTAL	5.181	1.183	6.364	4.954	996	5.950

(a) Cooperativas Filiadas – são os valores que o Sicoob Central ES tem a receber das Cooperativas filiadas, referente ao rateio mensal das despesas da central.

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Próprios estão registrados os bens da cooperativa que não estão sendo utilizados para a atividades da cooperativa, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

I. Referente a duas unidades da usina fotovoltaica destinado a gerar energia limpa e renovável e não estando sujeito à depreciação e que não se encontram em uso pelo Sicoob Central ES.

II. Referente ao imóvel da antiga sede que não está em uso e está disponível para venda, não estando sujeito à depreciação.

12. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCO SICOOB.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Participações em Coligadas e Controladas no País – Banco Sicoob (a)	179.098	150.820
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	3.872	2.910
TOTAL	182.970	153.730

(a) A participação junto ao Banco Sicoob, gerou em 2024, com o resultado de equivalência patrimonial, o resultado no montante de R\$ 21.514 mil (No mesmo período em 2023 – R\$ 18.699 mil referente equivalência).

13. Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	2.472	131	
Terrenos	2.838	2.838	
Edificações	14.512	14.512	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(6.246)	(5.665)	
Instalações	3.911	3.911	10%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(921)	(764)	
Mobiliários	1.371	1.277	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(1.027)	(969)	
Máquinas	113	113	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(95)	(91)	
Aparelhos de Refrigeração	38	35	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(23)	(21)	
Equipamentos de Processamento de Dados	1.705	1.625	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(1.128)	(918)	
Alarme	22	22	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(11)	(9)	
Armas e Equipamentos	74	52	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(33)	(41)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	274	270	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(81)	(59)	
Equipamentos de Comunicação	118	116	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(94)	(88)	
Veículos	302	302	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(198)	(166)	
Intangível (b)	144	299	
Software e Direito de Uso	1.362	1.362	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(1.218)	(1.063)	
Total Imobilizado de Uso	27.750	25.204	
Total Intangível	1.362	1.362	
Total Depreciação/Amortização	(11.075)	(9.854)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no exercício de 2024 foi de R\$ 1.257 mil (no exercício 2023 – R\$ 1.284 mil).

14. Centralização financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos das cooperativas singulares filiadas do Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração mais vantajosa. Mensalmente o resultado destas aplicações é creditado para as singulares. A Centralização Financeira apresenta, em 31 de dezembro de 2024, um montante de R\$ 10.996.722 mil e em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 7.695.537 mil.

As receitas produzidas a partir dessas disponibilizados somaram em 31/12/2024 R\$ 1.078.932mil (31/12/2023 – R\$ 898.140mil) representadas na demonstração de sobras ou perdas como “Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez” e “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários”.

a) Despesas correspondente a remuneração da Centralização Financeira para as cooperativas filiadas:

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(561.558)	(1.009.210)	(842.141)
TOTAL	(561.558)	(1.009.210)	(842.141)

15. Obrigações por repasse do país – Instituições Oficiais

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

Instituições	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total
MAPA	377.945	34.867	412.812	337.928	17.675	355.603
TOTAL	377.945	34.867	412.812	337.928	17.675	355.603

a) Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa conforme descrita em “Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses”.

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de repasse – funcafé repassado	(13.620)	(24.631)	(24.871)
TOTAL	(13.620)	(24.631)	(24.871)

16. Outros Passivos Financeiros

Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	73	13
Total	73	13

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Contingências (a)	-	1.420	1.420	-	1.330	1.330
TOTAL	-	1.420	1.420	-	1.330	1.330

(a) Provisão para Contingências – Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	188	188	182	182
PIS FOLHA	191	191	81	80
COFINS	930	930	901	901
Trabalhistas	-	-	-	1
Outras Contingências	112	85	166	209
TOTAL	1.420	1.394	1.330	1.373

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	149	-	149	122	-	122
Impostos e Contribuições sobre Salários	755	-	755	631	-	631
Outros	4	-	4	8	-	8
TOTAL	908	-	908	761	-	761

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Sociais e Estatutárias	13.923	9.264
Provisão para Participações nas Sobras (I)	3.000	2.684
Fundo de assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (II)	8.821	5.710
Gratificações e Participações a Pagar	2.102	870
Provisão para Pagamentos a Efetuar	105.655	73.880
Despesa de Pessoal	1.721	1.423
Água/Energia/Gás	15	13

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aluguéis	5	3
Comunicações	5	10
Propaganda e Publicidade	442	697
Manutenção e Conservação de Bens	72	12
Plano de Saúde	9	10
Compensado	137	103
Seguros a Recolher	6	5
Outras Despesas Administrativas	11	55
Provisão Pagamento Administração Financeira (III)	103.232	71.549
Credores Diversos – País	470.969	336.959
Pagamentos a Processar	2	-
Fundo SISOL (IV)	2.829	2.948
Fundo FEFS (V)	467.957	333.860
Faturas Sicoobcard	42	45
Outros	139	106
TOTAL	420.103	319.274

- I. Em conformidade à Lei nº 10.101/2000 e conforme Acordo Coletivo vigente, a Cooperativa provisionou, no exercício de 2024, o montante de R\$ 3.000 mil a título de participação dos empregados nos resultados, valor registrado como despesa no período. Esse montante compõe o total de R\$ 3.000 mil reconhecido no passivo. No exercício anterior, a provisão foi de R\$ 2.844 mil sobre um passivo de R\$ 2.684 mil.
- II. O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.
- III. Refere-se a rendimentos da centralização financeira a serem repassados para as cooperativas filiadas.
- IV. Refere-se ao Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 28 de maio de 2018 constituiu o Fundo com o objetivo desenvolver ações de sustentabilidade ambiental do Sicoob ES, que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia, quer seja para uso próprio do Sicoob Central ES ou de suas Filiadas.
- V. Refere-se ao Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob – FEFS criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 12 de dezembro de 2019 constituiu o Fundo com o objetivo de garantir a estabilidade financeira das mesmas, sendo que absorveu o saldo dos demais fundos existentes.

20. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas associadas. A seguir distribuição do capital:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Sicoob Sul-Litorâneo	30.369	22.707
Sicoob Sul	93.272	70.957
Sicoob Conexão	212.360	161.366
Sicoob Coopermais	60.207	45.016
Sicoob Sul-Serrano	111.308	84.074
Sicoob Credirochas	36.795	27.487
Total	544.311	411.607

b) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social.

c) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No exercício de 2024, o SICOOB CENTRAL ES realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de R\$ 1.042 mil, referente as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

d) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27/03/2024, as cooperativas filiadas deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para o aumento do capital social, no valor de R\$ 27.292 mil.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Sobra Bruta	50.919	37.753
Juros ao Capital	(5.273)	(4.355)
Sobra líquida do exercício	45.646	33.398
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(2.661)	(1.289)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	42.985	32.109
Reserva legal - 10%	(4.299)	(3.211)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(2.149)	(1.606)
Utilização do FATES	1.699	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	38.236	27.292

f) Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa provisionou e pagou juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 5.273 mil (R\$ 4.355 mil no mesmo período de 2023), remunerando o capital das Cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	1.224.255	1.221.200	3.055	1.026.557	1.024.976	1.581
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(1.119.965)	(1.119.794)	(171)	(950.664)	(950.553)	(111)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(58.618)	(58.471)	(147)	(42.420)	(42.357)	(63)
Resultado Operacional	45.672	42.935	2.737	33.473	32.066	1.407
Receita Não Operacional	30	-	30	26	-	26
Despesa Não Operacional	(56)	-	(56)	(101)	-	(101)
Resultado Não Operacional	(26)	-	(26)	(75)	-	(75)
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	45.646	42.935	2.711	33.398	32.066	1.332
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	50	(50)	-	43	(43)
Resultado do Período	45.646	42.985	2.661	33.398	32.109	1.289

22. Receitas de Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Empréstimos	7.751	15.239	16.387
Rendas De Repasses Interfinanceiros	10.397	20.945	20.617
TOTAL	18.148	36.184	37.004

23. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	760	760	550
Reversões de Provisões para Repasses Interfinanceiros	1.086	1.688	1.677
Provisões para Operações de Crédito	(579)	(609)	(730)
Provisões para Repasses Interfinanceiros	(1.655)	(1.762)	(1.989)
TOTAL	(388)	77	(492)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Comissão	286	894	1.009
Rendas de Outros Serviços	356	2.036	566
TOTAL	642	2.930	1.575

25. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Honorários	(2.923)	(6.088)	(3.540)
Despesas de Pessoal – Benefícios(a)	(2.379)	(4.439)	(2.622)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(2.473)	(4.717)	(4.435)
Despesas de Pessoal – Proventos	(5.896)	(11.173)	(10.127)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(1.173)	(1.175)	(75)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(182)	(398)	(493)
TOTAL	(15.026)	(27.990)	(21.292)

(a) Os valores de benefícios pagos se referem a vale alimentação, plano odontológico, seguro de vida, vale transporte e auxílio creche.

26. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(105)	(221)	(195)
Despesas de Aluguéis	(27)	(49)	(45)
Despesas de Comunicações	(117)	(229)	(152)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(121)	(235)	(233)
Despesas de Material	(38)	(88)	(137)
Despesas de Processamento de Dados	(1.674)	(3.240)	(2.146)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(515)	(1.347)	(776)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(6.793)	(14.588)	(10.437)

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Publicações	-	-	(30)
Despesas de Seguros	(10)	(19)	(16)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(853)	(1.565)	(1.164)
Despesas de Serviços de Terceiros	(300)	(582)	(545)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(50)	(95)	(85)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(494)	(852)	(1.041)
Despesas de Transporte	(36)	(63)	(61)
Despesas de Viagem no País	(111)	(182)	(126)
Despesas de Amortização	(77)	(155)	(139)
Despesas de Depreciação	(551)	(1.102)	(1.145)
Ações Judiciais	(280)	(406)	-
Outras Despesas Administrativas	(246)	(516)	(452)
TOTAL	(12.398)	(25.534)	(18.925)

27. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	(37)	(58)	(45)
Disp. Impostos s/ Serviços - ISS	(32)	(147)	(78)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(58)	(109)	(99)
TOTAL	(127)	(314)	(222)

28. Resultado de Participações em Coligadas e Controladas

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	11.996	23.361	19.024
Despesa de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada	(303)	(334)	(53)
TOTAL	11.693	23.027	18.971

(a) O principal valor desta conta refere-se ao reconhecimento de ganho na equivalência patrimonial do investimento junto Banco Sicoob que totalizou R\$ 21.514 mil.

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	400	1.297	216
Dividendos	-	11	3
Rateio de despesas da central entre filiadas (a)	20.029	38.892	26.647
Juros e correções Monetárias	54	71	2
TOTAL	20.483	40.271	26.868

(a) Rateio de despesas da central entre as Cooperativas filiadas conforme aprovado pela diretoria colegiada do Sicoob ES.

30. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição Fundos (a)	(22.232)	(38.036)	(33.552)
Desc. Conc. – Rep. Interf – Recursos Fonte Publica (b)	(2)	(2)	(168)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (c)	(1.511)	(1.699)	-
Outras despesas Operacionais	(65)	(114)	(212)
TOTAL	(23.810)	(39.851)	(33.932)

(a) Este valor refere-se à atualização do Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob – FEFS.

(b) Descontos concedidos em operações de repasse liquidadas antecipadamente.

(c) A partir do exercício de 2024 as despesas com a finalidade e enquadramento de utilização dos recursos do FATES estão sendo classificadas como despesa do exercício corrente, mudança esta, para padronização dentro do sistema Sicoob Brasil.

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para Contingências	435	54	(11)
TOTAL	435	54	(11)

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Ganhos de Capital	6	6	2
Rendas de Aluguéis	12	24	24
Outras Rendas Não Operacionais	(34)	(35)	(101)
(-) Perdas de Capital	(21)	(21)	-
TOTAL	(37)	(26)	(75)

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no período de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

34. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de

operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Cooperativas filiadas

O Sicoob Central ES foi criado com o objetivo da organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 8º e Resolução nº 4.434/15 do CMN, capítulo I artigo 6º.

Demonstramos a seguir as operações com as cooperativas filiadas e com o Banco Sicoob, instituição financeira que o Sicoob Central ES tem participação:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Banco Sicoob	9.312.139	5.635.715
Conta corrente	3	3
Depósitos Interfinanceiros	7.832.764	4.542.995
Cotas de Fundos de Renda Fixa	1.479.372	1.092.717
Cooperativas Filiadas	474.641	490.015
Repasse interfinanceiros	355.931	341.097
Operações de crédito	115.800	146.000
Valores a receber	2.910	2.918
Passivo		
Cooperativas Filiadas	11.099.954	7.767.086
Relações interfinanceiras – centralização financeira	10.996.722	7.695.537
Provisão Pagamento Administração Financeira	103.232	71.549

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receita		
Banco Sicoob	794.636	608.663
Rendas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	651.861	472.576
Fundos Aplicações Financeiras	142.775	136.087
Cooperativas Filiadas	75.076	63.651
Rendas de empréstimos	15.239	16.387
Rendas de repasses interfinanceiros	20.945	20.617
Rateio de Despesas da Central entre filiadas	38.892	26.647
Despesa		
Cooperativas Filiadas	(1.009.133)	(842.633)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos	77	(492)
Dispêndio de Depósitos Intercooperativos	(1.009.210)	(842.141)

b) Remuneração do pessoal chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	31/12/2023
Honorários	4.562
Salários/Remuneração	369
Benefícios	207

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites.

Basileia III	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência - Nível I (110)	477.832	377.274
Patrimônio de Referência - PR (100)	477.832	377.274
RWA para risco de crédito por abordagem padronizada - RWACPAD (700)	2.735.167	2.046.317
RWA para risco de mercado - RWAMPAD (770)	61.870	51.176
RWA para risco operacional - RWAOPAD (870)	148.993	91.232
Ativos ponderados por risco (RWA) (900)	2.946.030	2.192.725
Patrimônio de referência exigido / mínimo para o RWA (910)	235.682	175.418
Valor total da RBAN (890)	39.964	34.121
Margem sobre o PR considerando a RBAN (953)	128.534	112.917
Índice da Basileia	14,36%	14,98%
Margem de Imobilização (960)	217.150	169.314

36. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de 1% a 8% do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando 50% do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição Previdência Privada	(134)	(260)	(206)
TOTAL	(134)	(260)	(206)

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à

condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Vitória – ES, 20 de janeiro de 2025.

Nailson Dalla Bernardina
Diretor Executivo

Alecsandro Casassi
Diretor de Operações e Negócios

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC/ES: 016.925/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Associados da
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES

Vitória – ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – SICOOB CENTRAL ES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CENTRAL ES em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 13 de fevereiro de 2025.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O



Mais que uma *escolha financeira.*

comunidadesicoob.com.br

 [sicoobes](#)

